

ATA NÚMERO 150/XII/3ª SL

08.outubro.2013 – 14h00

Aos 08 dias do mês de outubro de 2013, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 05, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 284/XII/2.ª da iniciativa Maria de Lurdes Guimarães Figueiral da Silva, que pretendem que seja anulada a homologação do novo Programa de Matemática para o Ensino Básico e das Metas Curriculares – 14h00

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado relator: PSD**

5. Audição nos termos da apreciação da política geral da Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (no âmbito do n.º 2 do art. 104.º do RAR) – 15h00

6. Petição n.º 281/XII/2.ª da iniciativa de Associação de Bolseiros de Investigação Científica – (ABIC) que “Pretendem que seja aberto o concurso individual de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento 2013”

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer: Elza Pais – PS**

7. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO – Abrir a Educação: Ensino e aprendizagem para todos de maneira inovadora graças às novas tecnologias e aos Recursos Educativos Abertos COM(2013) 654 final

- **Apreciação liminar**
- **Autor do parecer: PSD**
- **Apresentação do Parecer: 22.outubro.2013**

8. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU – Relatório Intercalar de 2013, Sobre o Espaço Europeu da Investigação COM (2013) 637.

- **Apreciação liminar**
- **Autor do parecer: PSD**
- **Apresentação do Parecer: 29.outubro.2013**

9. Petição n.º 292/XII/3.ª da iniciativa de José Carlos Oliveira, “Em defesa da Cinemateca Portuguesa”

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado(a) relator (a): PSD**

10. **Projeto de Resolução 776/XII/2.^a**, Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional.

- Discussão em Comissão

11. **Outros assuntos**

12. **Data da próxima reunião**

Dia 9 de Outubro de 2013 – 10h00

1. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) pediu o adiamento do ponto 10 – discussão do Projeto de Resolução 776/XII/2.^a, Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional – para o dia 22/10, tendo havido acordo.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) solicitou que o ponto 6 – apreciação do parecer da Petição n.º 281/XII/2.^a, da iniciativa da Associação de Bolseiros de Investigação Científica – (ABIC) - que “Pretendem que seja aberto o concurso individual de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento 2013” – fosse antecipado e apreciado a seguir à audição dos peticionários, sendo que os mesmos já se encontravam a aguardar. O pedido não mereceu objeções.

Com estas alterações, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

2. **Aprovação de ata**

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

3. **Comunicações do Presidente**

3.1. Foi prestada informação de que o Grupo Parlamentar do PCP, em relação à representação na Comissão, substituiu o Sr. Deputado Miguel Tiago (efetivo) pela Sra. Deputada Paula Baptista (suplente).

3.2. Tendo sido dado conhecimento de que tinha sido feito um pedido de audiência conjunta por parte da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), Confederação Nacional das Organizações de Deficientes (CNOD) e Federação Nacional dos Professores (FENPROF), para tratarem de problemas respeitantes a alunos com necessidades educativas especiais, foi deliberado agendá-la para o dia 16 de outubro, após a sessão plenária.

3.3. Constatando-se que o Projeto de Lei n.º 446/XII, PCP, Estabelece os princípios do financiamento da produção cinematográfica nacional e da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema e o Projeto de Lei n.º 447/XII, BE, Modelo de sustentabilidade financeira e autonomia da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema. 1.^a alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que baixaram recentemente à Comissão, se encontravam já agendados para discussão na sessão plenária, no dia 9, foi deliberado informar a

Presidente da Assembleia da República de que a Comissão não emitirá parecer em relação aos mesmos, por falta de tempo para o efeito.

- 3.4.** Por força do agendamento das jornadas parlamentares do PSD e do CDS-PP, para os dias 28 e 29 de outubro, e prevendo-se a necessidade de realizar uma reunião da Comissão no dia 30 de outubro, foi antecipada, para o dia 16 de outubro, a visita ao Instituto de Telecomunicações (no Instituto Superior Técnico).
- 3.5.** A Sra Presidente comunicou que, na sequência da deliberação da Comissão de participar na 15.ª Conferência Interparlamentar Europeia do Espaço, que decorre em Bruxelas, nos dias 14 e 15 de outubro, e cabendo ao PS a indicação de representante, foi indicado o Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS).
- 3.6.** Relativamente à Petição n.º 290/XII/3ª (*Solicitam que não seja implementada a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências para Ingresso na Carreira Docente*), e tendo o 1.º peticionário questionado a Comissão, sobre a possibilidade do seu envio para a Provedoria de Justiça, foi deliberado responder que “os cidadãos podem apresentar queixas por ações ou omissões dos poderes públicos ao Provedor de Justiça”, nos termos do citado artigo da Constituição da República Portuguesa, pelo que os peticionários podem dirigir-se diretamente àquele órgão”.
- 4. Audição dos peticionários da Petição n.º 284/XII/2.ª da iniciativa Maria de Lurdes Guimarães Figueiral da Silva**, que pretendem que seja anulada a homologação do novo Programa de Matemática para o Ensino Básico e das Metas Curriculares – **14h00**

Os peticionários fizeram-se representar pelos Professores Maria de Lurdes Figueiral, Leonor Santo, Maria João Gouveia e Henrique Manuel Guimarães.

Manifestaram em primeiro lugar desagrado em relação à alteração das Metas Curriculares (em 2012) e do Programa de Matemática para o Ensino Básico (em 2013). Fizeram depois uma resenha dos anos de trabalho anteriores na melhoria do ensino da Matemática, nomeadamente desde 2005, com o Plano de Ação para a Matemática, que contemplou um programa de formação para os professores do 1.º e 2.º ciclo, abrangendo mais de 19.000 professores, durante seis anos e tendo tido o envolvimento de cerca de 93% dos agrupamentos de escolas. Realçaram que esse Programa esteve mais de 3 meses em debate, tendo tido experimentação e só depois implementação.

Salientaram que a aposta estava a dar frutos e, embora não estivesse tudo bem, estava a melhorar, o que era comprovado pelos relatórios do programa de formação contínua e do Plano da Matemática e bem assim pela melhoria dos resultados obtidos nos estudos internacionais, PISA 2009 e TIMSS 2011.

Referiram que as Metas Curriculares divulgadas em 2012 contrariavam o programa, configuravam um retrocesso e restringiam a autonomia do professor, gerando o desperdício do trabalho anterior. Evidenciaram o prejuízo de se fazerem várias mudanças seguidas e de as mesmas não serem fruto da avaliação do regime anterior e se dirigirem em sentido contrário ao dos países de referência na matéria.

Mencionaram que o processo foi apressado e atropelando etapas, a formação dos professores foi acelerada, diminuta e insuficiente, estando previsto que se mantenha até dezembro, quando os professores já estão a lecionar com este programa desde setembro.

Em conclusão, manifestaram discordância absoluta em relação ao Programa homologado em junho e que entrou em vigor em setembro e bem assim em relação à metodologia adotada.

Após a exposição inicial dos peticionários, interveio a Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) referindo, em síntese, que há entidades com conclusões diferentes das defendidas pelos peticionários, que está em curso a formação e que remeterão ao Ministério da Educação e Ciência todos os contributos recolhidos em relação a esta matéria.

A Sra. Deputada Odete João (PS) realçou que os peticionários fizeram bem a comparação com o anterior Programa, nomeadamente, a nível de experimentação, formação e amplo debate, enquanto atualmente se verificou uma alteração aos tropeções e à última hora, que leva ao fracasso do ensino da Matemática e que tem gerado o desânimo junto dos professores e um desajustamento no ensino da disciplina. Referiu ainda o prejuízo no desempenho dos alunos e salientou que o regime anterior tinha resultados reconhecidos.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que a matéria em causa – Programa de Matemática para o Ensino Básico e Metas Curriculares - não será eventualmente da competência da Assembleia da República, mas esta pode aprovar uma Resolução com recomendações ao Governo sobre a mesma. Referiu, depois, que há posições diferentes em relação ao assunto e que a Sociedade Portuguesa de Matemática defende o novo Programa. Argumentou ainda, que os bons resultados do PISA que foram referidos, não podem resultar apenas do anterior programa, sendo que o mesmo só em 2011 foi aplicado a todos os alunos e escolas.

Por último, questionou os peticionários se os manuais de Matemática não se mantêm este ano, referindo que têm informação afirmativa do Ministério da Educação e Ciência.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) indicou que em 12/6/2013 a Associação dos Professores de Matemática foi recebida pelo Grupo de Trabalho dos Currículos (documentação disponível na [página da Comissão](#)), tendo-lhe transmitido todas as objeções que colocava em relação ao novo Programa e nessa ocasião foi discutido no Plenário um Projeto de Resolução do PCP em que se recomendava ao Governo a manutenção do Programa de Matemática ([Projeto de Resolução n.º 749/XII \(2ª\)](#)), o qual foi rejeitado.

Salientou ainda que o Governo não cumpriu a lei, uma vez que não publicitou os manuais com 60 dias de antecedência. Realçou a indicação dos professores de que o novo programa significa um retrocesso de cerca de 30 anos, salientou que nenhum professor de Matemática participou na elaboração do novo Programa e informou que há indicações negativas dos professores no início do ano em curso.

Em resposta, os peticionários informaram que não houve adoção de novos manuais, mas foram feitas novas versões dos mesmos, tendo as anteriores sido retiradas do mercado - tendo referido que essa informação foi confirmada pela APEL, Associação Portuguesa de Editores e Livreiros -, sem conhecimento dos professores.

Referiram que os programas anteriores a 2007 já eram de 1991, necessitando de alterações e realçaram que para o programa de 2007 foi reunida uma equipa com professores de vários níveis, tendo-se elaborado um documento articulado, entre o Programa e as Metas Curriculares, enquanto agora isso não aconteceu, sendo os 2 documentos desarticulados, tendo-se procedido primeiro à alteração das Metas e depois à do Programa.

Salientaram depois que o novo Programa se reduz a tópicos de Matemática, sem orientações metodológicas, não contendo objetivos gerais de ensino, não tendo referências a investigação no ensino da disciplina e contrariando todos os regimes internacionais. Defenderam que a formação deve ser feita com o Programa e não para o Programa, como aconteceu agora.

Mencionaram que a equipa que desenvolveu o novo Programa tinha 2 professores da disciplina do nível de ensino superior e 2 do ensino secundário, não havendo nenhum do ensino básico e que se verifica um distanciamento em relação à realidade do ensino no último. Defenderam

que o Programa faz uma opção por maior formalismo em detrimento de maior intuição e salientaram que a Sociedade Portuguesa de Matemática (que defende o Programa) não faz investigação em ensino da Matemática, ao contrário da Sociedade Portuguesa de Investigação e Educação Matemática, que subscreveu a petição em apreciação. Por último, realçaram que anteriormente o programa de formação contínua começou em 2005.

A gravação da audição e a documentação apresentada pelos vários elementos da delegação, estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

Deputado relator: PSD

5. Audição nos termos da apreciação da política geral da Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (no âmbito do n.º 2 do art. 104.º do RAR) – 15h00

Após a intervenção inicial do Sr. Secretário de Estado do Desporto e Juventude, procedeu-se à primeira ronda de intervenções, na qual participaram os Srs. Deputados Rui Pedro Duarte (PS), Pedro Pipão (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Rita Rato (PCP), tendo o Sr. Secretário de Estado usado da palavra, após cada intervenção, para responder às questões colocadas.

Na segunda ronda, registaram-se as intervenções dos Srs. Deputados Laurentino Dias (PS), Paulo Cavaleiro (PSD), Artur Rego (CDS-PP) e Rita Rato (PCP), tendo o Sr. Secretário de Estado respondido às questões colocadas após cada intervenção.

Na terceira ronda, intervieram os Srs. Deputados Maria José Castelo Branco (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Rui Caetano (CDS-PP), Isilda Aguincha (PSD), Rita Rato (PCP), Emília Santos (PSD), Margarida Almeida (PSD), Laurentino Dias (PS), Duarte Marques (PSD) e Paulo Cavaleiro (PSD). O Sr. Secretário de Estado usou da palavra no final da ronda, respondendo ao conjunto das questões.

A audição do Sr. Secretário de Estado foi gravada em registo áudio e vídeo, encontrando-se as gravações disponíveis na [página da Comissão na Internet](#).

6. Petição n.º 281/XII/2.ª da iniciativa de Associação de Bolseiros de Investigação Científica – (ABIC) que “Pretendem que seja aberto o concurso individual de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento 2013”

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e PCP, registando-se a ausência do CDS-PP, BE e PEV.

7. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO – Abrir a Educação: Ensino e aprendizagem para todos de maneira inovadora graças às novas tecnologias e aos Recursos Educativos Abertos COM(2013) 654 final

Apreciada a iniciativa, que não se encontra incluída no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013, a Comissão deliberou não efetuar escrutínio.

8. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU – Relatório Intercalar de 2013, Sobre o Espaço Europeu da Investigação COM (2013) 637.

Apreciada a iniciativa, que não se encontra incluída no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013, a Comissão deliberou não efetuar escrutínio.

9. Petição n.º 292/XII/3.ª da iniciativa de José Carlos Oliveira, “Em defesa da Cinemateca Portuguesa”

Foi apreciada a nota de admissibilidade, tendo a Petição sido admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e PCP, registando-se a ausência do CDS-PP, BE e PEV. Cabe a PSD a indicação do relator.

10. Projeto de Resolução 776/XII/2.^a, Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional.

Adiado.

11. Outros assuntos

12. Data da próxima reunião

Dia 9 de Outubro de 2013 – 10h00

A reunião foi encerrada às 18h20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 08 de outubro 2013

A Vice-Presidente

(Nilza de Sena)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Artur Rêgo
Elza Pais
Emília Santos
Laurentino Dias
Maria Manuela Tender
Paula Baptista
Rui Jorge Caetano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Fazenda